

PRESENCIAL - PORTO ALEGRE-RS

FORMAÇÃO AGENTE DE CONTRATAÇÃO PREGOEIRO

1026/1310 – FORMAÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO / PREGOEIRO: ATUAÇÃO PRÁTICA CONFORME A LEI Nº 14.133/2021

Do planejamento à adjudicação na Lei 14.133: ETP e TR, pesquisa de preços e estimativas, elaboração do edital e anexos, condução da sessão e julgamento, diligências e recursos, habilitação e gestão de riscos.



CÓDIGO CURSO

*1026/2807

DATA DE INÍCIO: 13/10/26

DATA DE CONCLUSÃO: 16/10/26



Não pode participar de todos os dias de curso?

Monte sua programação escolhendo apenas os turnos de interesse. Clique no banner abaixo para obter mais informações.

Auditório do INLEGIS: Rua Jerônimo Coelho, 354, Centro, Porto Alegre-RS

GERAR PROPOSTA COMERCIAL

VEJA O TEMÁRIO

RESERVE HOTEL →



GERAR PDF DA PÁGINA



CARGA HORÁRIA

Este curso tem duração de 17h aula, e será emitido certificado ao final do treinamento para quem cumprir mínimo de 75%.



FORMAÇÃO DE PREGOEIROS E AGENTES DE CONTRATAÇÃO: COMO CONDUZIR LICITAÇÕES COM SEGURANÇA, RITO CORRETO E RESULTADO

Este curso oferece formação prática para pregoeiros, agentes de contratação e equipes envolvidas nas licitações públicas conforme a Lei 14.133/2021. Ao longo do curso, serão abordadas as etapas essenciais do planejamento à adjudicação, incluindo ETP, TR, pesquisa de preços, estimativas, edital e anexos. Além de orientar sobre a condução da sessão, julgamento, diligências, recursos e habilitação, a capacitação também destaca cuidados para reduzir falhas e fortalecer a segurança jurídica. Dessa forma, servidores e gestores poderão conduzir procedimentos com rito correto, maior eficiência, conformidade e prevenção de riscos. Com a experiência de mais de 20 anos do INLEGIS, o conteúdo contribui para uma atuação técnica, segura e alinhada às exigências atuais das contratações públicas.



PROGRAMAÇÃO



INVESTIMENTO



PÚBLICO ALVO

Terça-feira:

11h – Credenciamento, Retirada de Material
14h00min – 17h: Turno de Aula

Quarta-feira:

09h – 11h50min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula

Quinta-feira:

09h – 11h50min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula

Sexta-feira:

08h30min – 10h30: Turno de Aula
11h: Entrega do Certificado.

O valor abaixo é o valor bruto, e o **boleto** será emitido com o valor já descontado o IRRF

R\$1590,00

Cancelamento: informe pelo WhatsApp **(51) 9999.1.5809** com, no mínimo, **24h de antecedência**. Após esse prazo, poderá haver cobrança de taxa.



DADOS DE EMPENHO

INLEGIS - Consultoria e Treinamento CNPJ: 30.050.141/0001-80. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 608.267.2.0

ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, centro, Porto Alegre -

EMAIL: financeiro@inlegis.com.br

FONE: 51-3015-5809

Destinado a todos os profissionais envolvidos na gestão pública da esfera Municipal, Estadual e Federal.

Incluido Prefeitos; incluindo Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores Públicos, Agentes Administrativos, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Diretores de Departamento, Secretários Municipais, Procuradores Jurídicos, Comissão de Orçamento, Comissão de Licitação, Pregoeiros, Departamento de Compras, Departamento de Pessoal, Controladores Internos, Assessoria de Imprensa, Oficiais de Gabinete, telefonistas, recepcionistas, atendentes ao público, técnicos de informática, técnicos em contabilidade, servidores de Procons Municipais, Serviços Gerais e todos os demais profissionais do setor público municipal que buscam aprimoramento e **atualização nos temas administrativos, jurídicos e legislativos.**

MONTE SUA PROGRAMAÇÃO



Não pode permanecer quatro dias em Porto Alegre?

Entre em contato com a equipe do **INLEGIS** e solicite um **folder personalizado**, contendo apenas os turnos e os assuntos que você deseja cursar. Seu certificado será emitido de acordo com os turnos e assuntos escolhidos.



Solicitar pelo WhatsApp

Receba uma programação personalizada

ACESSO ANTECIPADO

RECEBA NOSSAS PROMOÇÕES ANTES DE TODO MUNDO

Cadastre-se gratuitamente e seja avisado em primeira mão sobre cursos, condições especiais e novas oportunidades do INLEGIS.

- ✓ Promoções antecipadas
- ✓ Novos cursos
- ✓ Condições especiais

NOME

Seu nome

WHATSAPP

(00) 00000-0000

E-MAIL

seuemail@exemplo.com

Ao preencher e enviar este formulário, você concorda em receber promoções, novidades sobre cursos e comunicações do INLEGIS por WhatsApp e e-mail. O cancelamento poderá ser solicitado a qualquer momento.

QUERO RECEBER ANTES →

Seus dados estão seguros. Nada de mensagens excessivas.



GRADE DE PALESTRAS

TEMAS DEBATIDOS DURANTE O EVENTO

Confira os assuntos que serão abordados e conheça os profissionais responsáveis por cada palestra.

CONHECER OS TEMAS ↓



INDICAR O EVENTO A UM COLEGA

CURSO PARA PREGOEIRO E AGENTE DE CONTRATAÇÃO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

A ATUAÇÃO DO PREGOEIRO E DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO EXIGE DOMÍNIO TÉCNICO, SEGURANÇA JURÍDICA E CONHECIMENTO PRÁTICO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. PREFEITURAS, CÂMARAS MUNICIPAIS E ÓRGÃOS PÚBLICOS ENFRENTAM DESAFIOS NA FASE PREPARATÓRIA, NA ESCOLHA DA MODALIDADE E NA CONDUÇÃO DOS CERTAMES. A FALTA DE CAPACITAÇÃO PODE GERAR FALHAS NO EDITAL, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS, ATRASOS, RESPONSABILIZAÇÕES E PREJUÍZOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ESTE CURSO APRESENTA SOLUÇÕES OBJETIVAS PARA ORGANIZAR O PROCESSO LICITATÓRIO COM EFICIÊNCIA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE. O TREINAMENTO CONECTA A LEGISLAÇÃO À ROTINA DOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE ATUAM DIRETAMENTE NAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. A CAPACITAÇÃO FORTALECE A ATUAÇÃO PRÁTICA DE EQUIPES DE LICITAÇÃO, PREGOEIROS, AGENTES DE CONTRATAÇÃO, ASSESSORES E GESTORES MUNICIPAIS.

ATUAÇÃO DO PREGOEIRO E DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

- › QUEM PODE SER AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- › POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO NA FASE INTERNA OU PREPARATÓRIA DA LICITAÇÃO;
- › RESPONSABILIDADES PRÁTICAS NA CONDUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO;
- › LIMITES DE ATUAÇÃO E CUIDADOS PARA EVITAR RESPONSABILIZAÇÕES.

FASE PREPARATÓRIA E PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO

- › TERMO DE REFERÊNCIA: DEVER DE ELABORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO;
- › PESQUISA DE PREÇOS E MUDANÇAS RELEVANTES NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES;
- › ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO EDITAL: COMPETÊNCIAS, CAUTELAS E RISCOS;
- › ESCOLHA DA PLATAFORMA DE DISPUTA E ORGANIZAÇÃO DOS ATOS PREPARATÓRIOS.

INSTRUTOR



BRUNA SCHIFINO

Advogada, mentora e consultora na área de Licitações. Especialista em Licitações e Contratos Públicos. Experiência de 5 anos como pregoeira na EPTC. Foi Coord. de Setor de Licitações e Procuradora de Municípios.

MODALIDADES, OBJETOS E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- › MODALIDADES DE LICITAÇÃO E APLICAÇÃO CORRETA EM CADA CONTRATAÇÃO;
- › PREGÃO PRESENCIAL: POSSIBILIDADE, JUSTIFICATIVAS E LIMITES LEGAIS;
- › BENS E SERVIÇOS COMUNS, ESPECIAIS E IMPACTOS NA DEFINIÇÃO DO RITO;
- › CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ESCOLHA ADEQUADA PARA CADA OBJETO.

RITO PROCEDIMENTAL, PUBLICIDADE E DISPUTA

- › RITO PROCEDIMENTAL COMUM E FASES DO PROCESSO DE LICITAÇÃO;
- › DIVULGAÇÃO DO EDITAL, AVISO DE LICITAÇÃO E PRAZOS DE PUBLICIDADE;
- › MODOS DE DISPUTA ABERTO, FECHADO E ABERTO E FECHADO;
- › JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, LANCES E ANÁLISE DE PREÇOS INEXEQUÍVEIS.

HABILITAÇÃO, RECURSOS E ENCERRAMENTO DO CERTAME

- › LIMITES LEGAIS PARA EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO DOS LICITANTES;
- › CONFERÊNCIA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;
- › IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E FASE RECURSAL ÚNICA;
- › ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, LICITAÇÃO DESERTA E LICITAÇÃO FRACASSADA.

PROCEDIMENTOS AUXILIARES E TRATAMENTOS DIFERENCIADOS

- › CREDENCIAMENTO, PRÉ-QUALIFICAÇÃO E PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE;
- › SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, ADESÃO A ATAS E CUIDADOS OPERACIONAIS;
- › REGISTRO CADASTRAL E ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL DOS FORNECEDORES;
- › TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS PEQUENAS EMPRESAS CONFORME A LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

CONDUTAS QUE PODEM CONFIGURAR CRIMES:

A ATUAÇÃO NO PODER PÚBLICO EXIGE DOS AGENTES PÚBLICOS, VEREADORES, SERVIDORES E DEMAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS O CONHECIMENTO DOS LIMITES LEGAIS DE SUAS CONDUTAS E DAS CONSEQUÊNCIAS DECORRENTES DE ATOS PRATICADOS EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO. O DESCONHECIMENTO DAS NORMAS APLICÁVEIS PODE RESULTAR EM RESPONSABILIZAÇÕES NAS ESFERAS PENAL, ADMINISTRATIVA E POLÍTICO-INSTITUCIONAL, COMPROMETENDO A REGULARIDADE DA GESTÃO E A CONFIANÇA DA SOCIEDADE NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS.

ESTE CURSO APRESENTA UMA ABORDAGEM PRÁTICA SOBRE CONDUTAS QUE PODEM CONFIGURAR CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CRIMES RELACIONADOS A LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E SITUAÇÕES QUE PODEM LEVAR À PERDA DE MANDATO OU À RESTRIÇÃO DE DIREITOS POLÍTICOS, CONTRIBUINDO PARA UMA ATUAÇÃO MAIS ÉTICA, RESPONSÁVEL E ALINHADA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA.

CRIMES PRATICADOS POR SERVIDORES PÚBLICOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

PECULATO;

DESACATO;

TRÁFICO DE INFLUÊNCIA;

INSTRUTOR



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Administrativo Público e Direito Eleitoral. Na área pública, atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas no Departamento Jurídico da METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle.

PECULATO CULPOSO;

PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM;

INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES;

MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES;

EXTRAVIO, SONEGAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO;

EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS PÚBLICAS;

CONCUSSÃO;

CORRUPÇÃO PASSIVA;

PREVARICAÇÃO;

CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA;

ADVOCACIA ADMINISTRATIVA;

VIOLÊNCIA ARBITRÁRIA;

ABANDONO DE FUNÇÃO;

EXERCÍCIO FUNCIONAL ILEGALMENTE ANTECIPADO OU PROLONGADO;

VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL.

CRIMES PRATICADOS POR PARTICULARES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL:

USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA;

DESOBEDIÊNCIA;

CORRUPÇÃO ATIVA;

SUBTRAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO.

CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021:

CONTRATAÇÃO DIRETA ILEGAL;

FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DE LICITAÇÃO;

PATROCÍNIO DE CONTRATAÇÃO INDEVIDA;

MODIFICAÇÃO OU PAGAMENTO IRREGULAR EM CONTRATO ADMINISTRATIVO;

PERTURBAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO;

VIOLAÇÃO DE SIGILO EM LICITAÇÃO;

AFASTAMENTO DE LICITANTE;

FRAUDE EM LICITAÇÃO OU CONTRATO;

CONTRATAÇÃO INIDÔNEA;

IMPEDIMENTO INDEVIDO;

OMISSÃO GRAVE DE DADO OU DE INFORMAÇÃO POR PROJETISTA.

CONDUTAS QUE PODEM LEVAR À PERDA DE MANDATO OU À CASSAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS

RECICLAGEM TÉCNICA SOBRE TEMAS DE PERTINENTES AO PODER PÚBLICO:

A CONSTANTE ATUALIZAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS É ESSENCIAL PARA GARANTIR UMA ATUAÇÃO SEGURA, EFICIENTE E ALINHADA ÀS MUDANÇAS LEGISLATIVAS, JURISPRUDENCIAIS E AOS ENTENDIMENTOS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE. TEMAS COMO PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PODERES E ATOS ADMINISTRATIVOS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS POSSUEM APLICAÇÃO DIRETA NA ROTINA DE PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS, EXIGINDO CONHECIMENTO TÉCNICO E INTERPRETAÇÃO ADEQUADA DAS NORMAS.

ESTE CURSO PROPORCIONA UMA RECICLAGEM PRÁTICA SOBRE TEMAS RELEVANTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, BEM COMO SOBRE PONTOS CRÍTICOS DA LEI Nº 14.133/2021 A PARTIR DO

INSTRUTOR



THAIS KRAHN

ESTUDO DE APONTAMENTOS, ORIENTAÇÕES E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS, CONTRIBUINDO PARA A PREVENÇÃO DE IRREGULARIDADES, A MELHORIA DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E O FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA JURÍDICA NA ATUAÇÃO PÚBLICA.

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUA IMPORTÂNCIA NO DIA A DIA

PODERES ADMINISTRATIVOS – COMPREENSÃO E APLICAÇÃO PRÁTICA:

- PODER VINCULADO;
- PODER DISCRICIONÁRIO;
- PODER HIERÁRQUICO;
- PODER DISCIPLINAR;
- PODER REGULAMENTAR;
- PODER DE POLÍCIA.

ATOS ADMINISTRATIVOS – COMPREENSÃO E APLICAÇÃO PRÁTICA:

- CONCEITO;
- ATRIBUTOS;

ELEMENTOS (REQUISITOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS): COMPETÊNCIA, FINALIDADE, FORMA, MOTIVO E OBJETO;

CLASSIFICAÇÃO QUANTO À LIBERDADE DE AÇÃO: ATOS VINCULADOS X ATOS DISCRICIONÁRIOS;

DISCRICIONARIEDADE X ARBITRARIEDADE;

NULIDADE E ANULAÇÃO – CONCEITO, CONVALIDAÇÃO, CASOS PRÁTICOS;

REVOGAÇÃO.

PONTOS CRÍTICOS DA LEI Nº 14.133/2021 A PARTIR DO ESTUDO DE APONTAMENTOS, ORIENTAÇÕES E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS EM RELAÇÃO A LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

DEMAIS TÓPICOS RELEVANTES DE DIREITO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), onde também exerce a função de Coordenadora da Assessoria da Ouvidoria. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuou como Chefe da Consultoria Jurídica da METROPLAN – Com mais de uma década de experiência na docência e em eventos de capacitação, atua como professora e palestrante nas áreas de Direito Constitucional e Direito Administrativo.

MONTE SUA PROGRAMAÇÃO



Não pode permanecer quatro dias em Porto Alegre?

Entre em contato com a equipe do **INLEGIS** e solicite um **folder personalizado**, contendo apenas os turnos e os assuntos que você deseja cursar.



Solicitar pelo WhatsApp

Receba uma programação personalizada

ATENDIMENTO

WhatsApp: (51) 99991-5809

ACESSOS RÁPIDOS

Consultoria, treinamentos e informação para agentes públicos que buscam segurança, atualização e resultados para o seu Município.

IG

FB

YT

 inlegis@inlegis.com.br

 Telefone: (51) 3015-5809

ONDE ESTAMOS

 Auditório INLEGIS
Rua Jerônimo Coelho, 354 — Centro
Porto Alegre/RS

[ABRIR NO MAPA](#) ➤

Ver próximos cursos

Consultoria

Notícias

Área do aluno

Site oficial